PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

BRASÍLIA/DF, 31 DE MAIO DE 2005.

ATA DA X REUNIÃO DO CONSEA

Às nove horas e quarenta e um minutos do dia trinta e um de maio do ano de dois mil e cinco, no Auditório do Anexo I do Palácio do Planalto, situado à Praça dos Três Poderes, s/no, Brasília/DF, por convocação do Sr. Presidente, Francisco Menezes, foi realizada a X Reunião Extraordinária do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional, órgão de assessoramento do Presidente da República, constituído através da Lei 10.683, de 28 de maio de 2003, em seu Artigo 1o., Parágrafo 1o. Inciso III, e regulamentado pelo Decreto nº 5079, de 12 de maio de 2004, alterado pelo Decreto nº 5303, de 10 de dezembro de 2004. PRESENTES: Registrou-se a presença dos membros representantes da Sociedade Civil: Alberto Ercílio Broch; Ana Lúcia Pereira; Ana Maria Salles Placidino; Ariovaldo Ramos dos Santos; Azelene Inácio Kaingang; Carlos Eduardo Oliveira de Souza Leite; Carlos Roberto Faccina; Cleisa Brasil da Cunha Cartaxo; Dulce Terezinha Oliveira Cunha; Elido Bonomo; Elza Maria Franco Braga; Francisco Antonio da Fonseca Menezes; Gleyse Maria Couto Peiter; Jorge Luiz Numa Abrahão; José Ribamar Araújo e Silva; Marcos César Simarelli Winter; Maria Emília Pacheco; Moisés Machado; Naidison Quintella Baptista; Padre Matias Martinho Lenz; Pastor Rolf Schünemann; Pastor Werner Fuchs; Regina da Silva Miranda; Renato Sérgio Maluf; Sônia Lúcia Lucena Souza de Andrade; Suely Nazaré de Oliveira Linhares; Ubiraci Dantas de Oliveira; Zilda Arns. Registrou-se as presenças dos seguintes suplentes dos representantes da Sociedade Civil: Adriano dos Santos Martins; Aldenora Pereira da Silva; Christiane Gasparini Araújo Costa; Estanislau da Silva Salles; José de Arimatéia Rodrigues; Meiry Andréa Borges David; Pedro Makumbundu Kitoko; Pedro Simão Filho; Sillas Vieira. Registrou-se a presença dos representantes dos Ministros no CONSEA: Roque Grazziotin – Ministério da Educação; Maria Flor de Lis Sousa Lopes – Ministério do Trabalho e Emprego; Clóvis Sardinha – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Márcia Lopes – Secretária Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ana Beatriz Vasconcellos – Ministério da Saúde; Leinad Ayer – Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca; Gilson Alceu Bittencourt – Ministério da Fazenda; Paulo Sérgio Castilho – Assessor Especial da Secretaria Geral; Mônica Maria Libório Feitosa de Araújo – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Registrou-se a presença dos membros observadores: Selvino Heck, Assessoria Especial da PR; Nildes de Oliveira Andrade, Comissão Intersetorial de Alimentação e Nutrição; Ana Lúcia Starling, Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social; José Tubino, FAO Brasil; Flávio Luiz

Schieck Valente, Relatoria do Direito Humano à Alimentação. Registrou-se a presença dos seguintes convidados e assessores: Adriana Aranha - MDS; Aline Diniz Caldas – FUNASA; Ana Cláudia Vasconcelos – SESAN/MDS; Clenivalda F. Santos – SESAN/MDS; Alexandre Padilha – DSEI/FUNASA; Cibele Cristina de Oliveira – MDS; Crispim Moreira – MDS; Denise Oliveira – FIOCRUZ; Eloina Elena Cangiani – MCT; Igor da Costa Arsky – MDS; Jader José de Oliveira – MDS/SESAN; Lana Magali Pires – MCT; Lucélia Luiz Pereira; José Rogério C. Tomaz Júnior – ABRANDH; José Antonio Medina – MMA; Marcos Dal Fabbro – MDS/SESAN; Lylia Galetti – MMA/SDS; Milton Rondó Filho – MRE; Nilson Figueiredo Filho – MDS; Rafael Rosa Cedro – MDA; Roseane Viana – MDS; Ivo Roberto Sias – EMBRAPA; Rosângela Rossi – AESP/PR; Adriana Santos – AESP/PR; Sônia Alves – Min. Cidades/CP Semi-árido; Terezinha Dias – EMBRAPA; Terezinha Maglia – MRE; Laura Fernandes, Assessoria de Comunicação - ASCOM/CONSEA; Aloisio Melo, CONSEA; Registrou-se as ausências: Altemir Tortelli (Justificada); Ana Maria Petronetto Serpa (Justificada); Danilo Miranda (Justificada); Dom Mauro Morelli (Justificada); Delzi Maria de Araujo Castro (Justificada); Edmar Guariento Gadelha (Justificada); Lea Lúcia Cecílio Braga(Justificada); Luiz Marinho(Justificada); Malaquias Batista Filho (Justificada); Márcio Lopes Freitas(Justificada); Silvio Caccia Bava (Justificada); Walter Belik (Justificada). PAUTA: PERÍODO DA MANHÃ: 1. Aprovação da Ata da IX Reunião e da Pauta – 9h às 9:15; 2. Informes (primeira parte) – 9:15 às 10h (Monitoramento das Violações ao Direito Humano à Alimentação Adequada; FUNASA – Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional das Populações Indígenas; Comissão Permanente 1 – SAN das Populações Indígenas). 3. Orçamento de SAN: Definição da lista de prioridades do CONSEA – 10h às 12h; 4. Resolução sobre Procedimentos do CONSEA – 12h às 12:30. PERÍODO DA TARDE: 1. Negociações Internacionais e SAN – 14h às 16h; 2. Informes (segunda parte) - 16h às 17h (Presidente do CONSEA; Secretário do CONSEA; Contaminação por chumbo em Santo Amaro da Purificação – BA; Participação em Evento da ONU – Pe. Martinho Lenz; MDA: Negociações com MST e FETRAF; Área Restrita do Site do CONSEA) e Encerramento – 17h. COMPOSIÇÃO DA MESA: 1. Francisco Menezes, Presidente do CONSEA; 2. Márcia Lopes, Secretária Executiva do MDS; e 3. Aloísio Melo, Coordenador Geral da Secretaria do CONSEA. DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS: O Senhor Francisco Menezes iniciou os trabalhos às 09h41, saudando a todos os conselheiros, justificando a ausência do Secretário do Conselho, o Ministro Patrus Ananias. Em seguida, registrou e agradeceu ao ex-Secretário de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, José Giácomo Baccarin, em nome do CONSEA, por toda a sua dedicação e trabalho. Lembrou que o MCT possui recursos para pesquisas na área de alimentação escolar e que existem editais de interesse do CONSEA, sobre o assunto, Lana Magali, representante do MCT dará informes posteriormente. Em seguida, o presidente anunciou a nova Coordenadora Geral da Coordenação Geral de Políticas de Alimentação e Nutrição - CGPAN e representante do Ministério da Saúde no CONSEA, Sra. Ana Beatriz Vasconcelos, e agradeceu o trabalho expressivo da representante anterior, Sra. Maria de Fátima Carvalho, e por sua constante presença no CONSEA desde os primeiros meses de mandato. A nova representante, Ana Beatriz, apresentou-se informando de sua disposição para atuação e que estava chegando oriunda da ANVISA. A Secretária Executiva do MDS, Sra. Márcia Lopes, apresentou informes sobre as discussões dos Ministérios quanto à proposta de Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional - LOSAN, em reunião realizada no dia 30 de maio sobre o tema, ocasião em que esteve participando representação da Casa Civil, tendo sido solicitada a pré-análise jurídica ainda que não haja o texto final pronto, e definiram-se tarefas entre os Ministérios. Em seguida a Conselheira Zilda Arns informou

que a Pastoral da Criança (entidade que representa) foi convidada a atuar na capacitação de lideranças no Haiti, no entanto não possuem recursos disponíveis, por isso solicitou ao MDS auxílio no sentido de viabilizar a referida capacitação. Quanto ao caso de morte de crianças indígenas em Dourados, no Mato Grosso do Sul, a Conselheira sugeriu que, além das ações assistenciais, sejam revistas as questões da terra e do apoio à produção agrícola. A Conselheira Regina Miranda questionou a ordem da reunião, tendo a Conselheira Azelene solicitado que novas intervenções sobre a questão indígena fossem feitas após a apresentação sobre o tema. O Senhor Flávio Valente informou sobre a resolução da proposta da II Conferência Nacional de SAN relativa à criação de uma assessoria à presidência do CONSEA para as violações do Direito Humano à Alimentação Adequada – Direito Humano à Alimentação Adequada; nesta gestão do CONSEA criou-se o Grupo de Trabalho, ficando claras duas dimensões: (1) Incorporação do DHAA às Políticas Públicas; e (2) Acompanhamento e monitoramento das violações do Direito Humano à Alimentação Adequada, o que demandaria uma estrutura permanente com pessoal e recursos, atuando em articulação com outros órgãos federais. O observador Flávio Valente continuou informando que, após diversas discussões, concluiu-se que o CONSEA não seria a melhor instância esse acompanhamento, concluindo-se pela proposta, apresentada ao Ministro Nilmário Miranda, da Secretaria Especial de Direitos Humanos, de criar uma Comissão com esse objetivo no âmbito do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana - CDDPH. A proposta foi acatada pelo Ministro e aprovada por unanimidade pelo Conselho, tendo participado dessa reunião Flávio Valente e Chico Menezes. O Ministério Público Federal aceitou a Coordenação da referida Comissão, que será composta por representantes da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão - PFDC (do Ministério Público Federal), Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, CONSEA, Relatoria Nacional Dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais – DHESC, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, FUNASA, Ministério da Saúde e Programa Nacional de Alimentação Escolar (do Ministério da Educação). A referida Comissão terá os seguintes objetivos: 1. mapear os tipos de violação e os possíveis caminhos para resolver tais violações; 2. estabelecer caminhos e fluxos para o monitoramento; 3. investigar casos exemplares (graves, como o de Dourados/MS) e encaminhá-lo; a Comissão Permanente 6 – Direito Humano à Alimentação Adequada do CONSEA escolheu um representante e suplente e submeterá os nomes ao Plenário, quando dos encaminhamentos das instâncias. O Presidente do CONSEA deu inicio as discussões sobre a questão indígena, cujas apresentações iniciaram-se com o representante da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, responsável pela coordenação da Carteira Indígena, Sr. Igor Arsky. A Carteira de Projetos “Fome Zero e Desenvolvimento Sustentável em Comunidades Indígenas” é fruto de uma parceria estabelecida entre a Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS e a Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável do Ministério do Meio Ambiente - MMA. A criação da Carteira Indígena - CI teve por base as demandas históricas e recorrentes dos povos indígenas por políticas de apoio e fomento às suas atividades produtivas, em bases sustentáveis e respeitadas a sua autonomia e identidades culturais e que atingissem as populações de todas as regiões brasileiras; ver, por exemplo, as demandas apresentadas no Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Sustentável e na Conferência Nacional do Meio Ambiente, em 2003, e na Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, em 2004. Em termos governamentais e administrativos, esta ação está amparada por um Acordo de Cooperação Técnica

entre os dois Ministérios, com vigência até 25 de novembro de 2006 e com um aporte inicial do MDS de sete milhões de reais. A execução do projeto está sob a responsabilidade do MMA. O lançamento oficial ocorreu em junho de 2004, com a 1ª Oficina Nacional de Trabalho, que contou com a participação de quarenta representantes indígenas de todo o país, organizações não governamentais, indigenistas e socioambientalistas, especialistas e pesquisadores em Segurança Alimentar e Nutricional e órgãos parceiros do governo federal. Nessa Oficina foram pactuadas as diretrizes gerais de funcionamento da CI; a composição e as atribuições de suas instâncias de decisão e indicados os representantes indígenas nestas instâncias. Além disso, foram indicadas áreas prioritárias para atendimento da CI, em todo o Brasil, com base em critério a gravidade da situação de insegurança alimentar e nutricional das comunidades e a degradação ambiental de suas terras. Seu objetivo é apoiar e promover ações de segurança alimentar e o desenvolvimento sustentável em comunidades indígenas de todo o país, através do fomento a projetos apresentados por estas comunidades, preferencialmente, através de suas próprias associações. A Carteira Indígena apóia projetos de até R$ 50.000,00 (cinqüenta mil reais) nas seguintes linhas: a) Ampliação, melhoramento e implementação de práticas sustentáveis para produção, beneficiamento e comercialização de alimentos; b) Práticas sustentáveis de produção, beneficiamento de matéria prima e comercialização do artesanato; c) Práticas sustentáveis de beneficiamento e comercialização de produtos agroextrativistas: d) Revitalização de práticas e saberes tradicionais associados à produção de alimentos, ao agroextratvismo e ao artesanato. Em seguidas a representante Lylia Galetti, Coordenadora da Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável do Ministério do Meio Ambiente, também coordenadora da Carteira Indígena desde o seu início, informou que as áreas prioritárias foram definidas a partir do risco de insegurança alimentar associada à degradação ambiental das áreas. As comunidades prioritárias para atendimento são indicadas pelas Oficinas Nacionais de Trabalho e pelo Grupo Gestor, neste caso considerando indicações da coordenação da CI, da FUNAI, FUNASA entre outros órgãos governamentais e de instituições da sociedade civil que necessitam qualificar suas indicações. A Carteira Indígena aprovou até a última reunião do Grupo Gestor, dia 20 de maio de 2005, 136 (cento e trinta e seis) projetos apoiados em 15 (quinze) estados e 52 (cinqüenta e dois) municípios brasileiros, beneficiando cerca de 6.265 (seis mil, duzentas e sessenta e cinco) famílias, correspondendo a um valor total de R$ 4.167.560,00 (quatro milhões, cento e sessenta e sete mil, quinhentos e sessenta reais). Do total de projetos aprovados, foram pagos, até maio de 2005, 29 (vinte e nove) projetos, num valor total de R$ 360.281,97 (trezentos e sessenta mil, duzentos e oitenta e um reais e noventa e sete centavos). A previsão é que até o final de junho sejam pagos cerca de mais vinte projetos, num valor aproximado de R$700.000,00 (setecentos mil reais). Busca-se uma maior agilidade na formalização das cartas de acordo pelo PNUD. Foram realizadas onze oficinas regionais, 47 (quarenta e sete) visitas técnicas e quinze reuniões com redes de apoio, abrangendo todas as regiões do país. Além destas atividades, a CI participou de vários eventos, nos quais foram divulgadas suas diretrizes, objetivos, formas de acesso aos recursos e prioridades no atendimento, entre outros aspectos. Dentre estes eventos, destacamos: SBPC Indígena, em MT; Seminário Nacional de Administradores Regionais da FUNAI, em Brasília; Pré Conferência Nacional de Mulheres Indígenas; reuniões da CISI; reunião do CONSEA-ES; Assembléia do CIR – Conselho Indigenista de Roraima (Cf. Relatório da Carteira Indígena anexo). A Senhora Eloína Elena fez apresentação das ações da Secretaria de Inclusão Social do Ministério da Ciência e Tecnologia – SECIS/MCT para promoção da Segurança Alimentar e Nutricional dos povos indígenas,

informando as ações previstas para o PAA 2004-2007, no âmbito do Programa 0471 – Ciência e Tecnologia para Inclusão Social, destacando o apoio à Pesquisa e Inovação para o Desenvolvimento Social de Comunidades Tradicionais e Povos Indígenas. Seu objetivo é promover ações concretas através da Ciência e Tecnologia (C&T) para inclusão social, apoiando projetos de tecnologias sociais para geração de ocupação e renda, por meio da melhoria das condições de trabalho, do aumento da produtividade e do incremento do sistema de comercialização e distribuição de excedentes, com agregação de valor aos produtos através do beneficiamento local. A senhora Eloína informou que, em 27 de dezembro de 2004, o Governo Federal criou a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais, da qual o MCT faz parte. Por meio da Coordenação-Geral de Pesquisa e Desenvolvimento da Segurança Alimentar e Nutricional, foi publicado o edital MCT/MESA/CNPq 01/2003 CT-Agronegócio, que apoiou projeto intitulado "Segurança/Insegurança alimentar em Manaus" (Lucia Kiyoko Ozaki Yuyama/INPA-AM), que tem por objetivo de adequar, validar e testar instrumento de análise de segurança/insegurança alimentar em nível familiar em algumas comunidades indígenas, assim como identificar as condições familiares associadas aos diferentes níveis de insegurança alimentar e a epidemiologia do homem no contexto urbano de Manaus. Outro edital publicado MCT/ MDS/CNPq n.º /2005 trata da Seleção Pública de Propostas para Apoio a Projetos de Extensão Tecnológica e Disponibilização de Tecnologias Sociais para Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional, cujo objetivo consiste na disponibilização de tecnologias sociais que visem garantir a produção, o acesso e a sustentabilidade alimentar da população em risco de insegurança alimentar, povos indígenas e beneficiários do Programa Bolsa Família, previsão de recursos de quatro milhões de reais. O MCT apoiou também demandas específicas, como o Projeto "Promoção de Segurança Alimentar e Nutricional do Povo Xukuru do Ororubá no Contexto dos Direitos Humanos", cujo objetivo é o desenvolvimento de um diagnóstico participativo das atividades do povo Xukuru, a fim de que este atue como um mecanismo na ampliação da diversificação de uma produção agropecuária ecologicamente viável, promovendo a segurança alimentar de base sustentável, tendo como elemento norteador a conservação, revitalização e preservação do meio ambiente; e outros para os povos Guarani-Kaiuá, envolvendo agricultura agroecológica, caprinocultura e piscicultura, inclusão digital nas escolas e artesanato de algodão. A convidada do MCT informou ainda sobre a cooperação com a FUNASA para a contratação de instituições de ensino e pesquisa com o objetivo de organizar os Distritos Sanitários Especiais Indígenas - DSEIs para implementação do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) Indígena, com recursos oriundos da FUNASA, no montante de R$ 1.680.000,00 (um milhão, seiscentos e oitenta mil reais) e do MCT, de três milhões de reais. Por último, informou sobre o edital CT-AGRO/CT-HIDRO/MCT/CNPq - nº 019/2005, do Departamento de Ações Regionais – DEARE, de Seleção Pública de Propostas para Apoio a Projetos de Extensão e Disponibilização de Tecnologias para Inclusão Social, objetivando apoiar a execução de projetos de extensão e disponibilização de tecnologias para inclusão social nos temas "água e alimentação humana e animal", que teve o seu lançamento no último dia 19/04/2005, com recurso de dez milhões de reais; e o Edital MCT/SEPPIR/CNPq de Seleção Pública de Propostas para Apoio a Projetos de Tecnologias Sociais para Comunidades Tradicionais e Povos Indígenas, cujo objetivo é apoiar a execução de projetos de extensão e disponibilização de tecnologias sociais para comunidades remanescentes de quilombos, ribeirinhos, extrativistas e povos indígenas, com recurso de R$ 2.300.000,00 (dois milhões e trezentos mil reais). Em seguida, o Presidente do CONSEA passou a palavra ao Diretor do Departamento de Saúde

Indígena da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA do Ministério da Saúde, Sr. Alexandre Padilha, que fez apresentação das Ações Emergenciais no Departamento de Saúde Indígena da FUNASA/MS no Pólo de Dourados-MS entre os meses de fevereiro e abril de 2005. Iniciou informando que o SISVAN começou a ser implantado em janeiro de 2005, caracterizado de Distrito Sanitário Especial Indígena - DSEI de Dourados e que a questão da redução dos óbitos por desnutrição não se trata de uma situação nova, pois vem ocorrendo desde o ano de 2002. Segundo ele, ao contrário dos indígenas situados na Amazônia, os do Centro-Sul dispõem de pouca terra e há desigualdade da distribuição interna da terra e das receitas de arrendamentos. Fazendo um balanço das internações no Centro de Saúde do Pólo de Dourados (Centrinho), o Diretor Alexandre Padilha informou que 154 (cento e cinqüenta e quatro) são oriundas de Dourados, 43 (quarenta e três) de Amambaí, doze de Antônio João, sete de Bela Vista, 31 (trinta e uma) de Caarapó, cinco de Paranhos, cinco de Japorã, oito de Coronel Sapucaia e 31 (trinta e uma) de outras áreas. Informou anda que a taxa de reincidência de internações no Centrinho tem decaído de 61% em 2002 para 35% em 2003 e 10% em 2004. Estão previstas ações emergenciais de combate à desnutrição em 2005, tendo Dourados como área piloto; as ações incluem: Reestruturação da Atenção Primária; Qualificação da Atenção Hospitalar; Suplementação Nutricional; Segurança Alimentar; Saneamento Básico; e Mobilização da Comunidade. Segundo o Relatório das Equipes Multidisciplinares, há são 2.299 (duas mil, duzentas e noventa e nove) crianças monitoradas; a suplementação nutricional, em parceria com o MDS, prevê o Sopão Comunitário, a distribuição de leite e Cestas de Alimentos, estas atendendo 464 (quatrocentas e sessenta e quatro) crianças, o acompanhamento pela Pastoral da Criança e por Organizações da Sociedade e a montagem de 150 fogões domiciliares. O Diretor da FUNASA citou ainda dados desses mesmos Relatórios, segundo os quais houve, entre fevereiro e abril de 2005, uma redução de 100% do número de crianças em situação de desnutrição grave; de 42,8% daquelas em com desnutrição moderada; e de 41,6% do número de crianças em situação de risco nutricional. A necessidade de internação hospitalar em Dourados reduziu-se de dezesseis crianças, em janeiro de 2005, para duas em abril. O Senhor Alexandre Padilha citou ainda ações voltadas à qualificação da Atenção Hospitalar e informou que a taxa de óbitos de crianças menores de 1 ano evoluiu de sessenta e nove por mil nascidos vivos, em 2004, para quarenta e três por mil nascidos vivos em 2005, representando uma redução de 21% na taxa e de 41,67% do número absoluto nesse período; para as crianças de zero a cinco anos, houve redução de vinte e oito para dezesseis por mil nascidos vivos, resultando uma redução de 57%. Com relação aos investimentos em saneamento, o Diretor Alexandre Padilha ressaltou que já se garantiu água em todas as áreas, porém ainda não em todos os domicílios, o que necessita ser feito com urgência; informou que houve aumento de R$415.500,00 (quatrocentos e quinze mil e quinhentos reais) em 1999 para R$2.900.000,00 (dois milhões e novecentos mil reais) em 2004, estando em andamento diversas ações, como a instalações provisórias de caixas, caminhões pipa, obra em Convênio da Prefeitura visando atender 100% dos domicílios e distribuição de 250 (duzentos e cinqüenta) filtros para famílias prioritárias. Em seguida, o Diretor da FUNASA apresentou um balanço dos aprendizados com essas ações, incluindo a integração e intersetorialidade; a diversidade das situações e desigualdade interna dos grupos; a identificação de redes familiares ampliadas, as chamadas micro-áreas; e a necessidade de se ouvir e se firmar pactos com as comunidades indígenas. O Plano integrado de ações do Ministério da Saúde para Comunidades Indígenas prevê a garantia de ações que reduzam a mortalidade materno-infantil da população indígena; a intensificação das ações de controle da malária, tuberculose e

DST/AIDS; o fortalecimento da articulação no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), buscando a universalização e equidade do acesso para os povos indígenas; a ampliação das ações na área do saneamento ambiental que permitam melhoria da qualidade de vida e reduzam a incidência de doenças de veiculação hídrica; e o incentivo às políticas interministeriais visando a segurança alimentar o desenvolvimento sustentável dos povos indígenas. Continuando sua apresentação, o Senhor Alexandre Padilha informou que o plano de integração de ações do MS prevê a qualificação da atenção primária à mulher e à criança; a vigilância nutricional; o saneamento básico; o controle de tuberculose, de malária e de doenças sexualmente transmissíveis, conforme prioridades do PPA, e ainda a qualificação da atenção hospitalar. O Diretor da FUNASA informou a seguir sobre a implantação da vigilância alimentar e nutricional e sobre o apoio às ações de promoção de segurança alimentar e nutricional - VAN em vinte Distritos Sanitários Especiais Indígenas - DSEI prioritários. Objetiva-se fazer o acompanhamento nutricional das crianças e gestantes, entre maio/2005 e dezembro/2005; nesse mesmo período, implantar a norma técnica operacional da VAN e adquirir equipamentos para os 34 (trinta e quatro) DSEI. Estão previstos ainda: o desenvolvimento do módulo de vigilância no SIASI, em maio e junho/2005; e a inclusão do programa de suplementação com vitamina A, de abril a dezembro de 2005. Para o conjunto dos DSEI, será realizado o levantamento do número de famílias que necessitam emergencialmente de cestas de alimentos; o levantamento antropométrico das crianças de 0 a 5 anos; e o apoio a projetos pela Carteira Indígena. Em seguida, o representante da FUNASA fez esclarecimentos acerca do SISVAN (Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional), como um processo permanente e de rotina de coleta, análise, interpretação, divulgação de informações, que deve predizer continuamente tendências das condições de nutrição e alimentação de uma População e seus determinantes (causas biológicas, sociais, etc); preconiza-se a busca ativa, a atitude de vigilância e o planejamento e a avaliação de políticas públicas, devendo estar inserida na rotina de Prevenção, Promoção, Cura e Reabilitação da Saúde. Após a apresentação do Senhor Alexandre Padilha, o presidente do CONSEA, Chico Menezes, informou que duas moções estariam sendo distribuídas ao plenário e apreciadas no final da reunião. Propôs ainda, que não fosse aberto debate e que o tema fosse inserido na plenária do segundo semestre de 2005, ficando as apresentações exibidas por todos os convidados disponíveis no site do CONSEA. A Conselheira Sonia Lucena argumentou sobre a necessidade de ser aberto o debate e foi contra-argumentada pelo Presidente, que reforçou a impossibilidade de haverem alterações na pauta da reunião. O Conselheiro Carlos Faccina argumentou que a pauta serve para guiar a reunião e não necessariamente ser rígida. A Conselheira Dulce propôs que não fosse alterada a pauta, mas que fosse aberto espaço para esclarecimentos. O Senhor Flávio Valente propôs a abertura de ponto de pauta em outro momento, abrindo espaço para que sejam expressos os pontos de vista dos representantes da Sociedade Civil. O Conselheiro Ariovaldo Ramos propôs que ao invés de deixar para o segundo semestre seja aberto tempo para esse debate, inclusive com dia adicional, na próxima reunião. Finalmente, estabeleceu-se consenso para que esse tema seja incluído na próxima plenária, garantindo-se um dia adicional para discussão do tema, se necessário. O Presidente do CONSEA abriu para o ponto de pauta relativo ao Orçamento Geral da União, com a participação do Coordenador Geral da Secretaria do CONSEA, Aloisio Melo, e da Representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, Mônica Libório. O Coordenador da Secretaria do CONSEA fez a apresentação do tema, iniciando por relatar a a estratégia do CONSEA em relação ao OGU: em março/2005, houve uma visão geral do OGU e criou-se o

Grupo de Trabalho de Orçamento; em abril, ocorreu a instalação do Grupo de Trabalho e a criação do Grupo Técnico; na plenária em curso, deverá ser realizada a definição dos Programas Prioritários de Segurança Alimentar e Nutricional; em junho/2005, as prioridades do CONSEA serão repassadas à Presidência e aos Ministérios envolvidos, solicitando prioridade na distribuição dos recursos para o PLOA 2006; ainda no plenário de junho/2005, espera-se fazer a revisão das propostas dos Ministérios, avaliando-se se houve a priorização e propondo alterações; em julho/2005, serão encaminhadas as propostas de alteração ao PLOA 2006; a partir de agosto/2005, será feito o acompanhamento da Execução Orçamentária dos Programas Prioritários; a partir de setembro/2005, será feito o acompanhamento da tramitação do PLOA 2006 no Congresso Nacional. O Grupo de Trabalho reuniu-se pela primeira vez em 26/04/05, tendo por missão elaborar proposta de Programas/Ações prioritários para o CONSEA, que buscará intervir na elaboração da Lei Orçamentária 2006 e acompanhar a execução, ainda em 2005, a partir dessa seleção. O Grupo Técnico, formado por representantes das áreas orçamentárias dos órgãos mais diretamente relacionados ao tema, teve o papel de sistematizar as informações e elaborar propostas. Contou com a participação do MPOG, com as Secretarias de Orçamento Federal – SOF e de Planejamento e Investimentos Estratégicos; o INESC - Instituto de Estudos Sócio-econômicos; a ABRANDH - Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos; o IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; e representantes das áreas orçamentárias dos Ministérios da Saúde, do Desenvolvimento Social, do Desenvolvimento Agrário, da Educação/FNDE e da Integração Nacional, além da Presidência e Secretaria do CONSEA. As ações desenvolvidas no âmbito do Grupo Técnico foram o nivelamento conceitual sobre Segurança Alimentar e Nutricional e Direito Humano à Alimentação Adequada; a identificação dos Programas e Ações relativos à Segurança Alimentar e Nutricional em cada órgão; a sistematização das informações sobre os Programas/Ações; a discussão e formatação da proposta final pelo Grupo Técnico; a avaliação e validação da proposta pelo GT Orçamento; e a avaliação da proposta pelas Câmaras Temáticas. O Coordenador da Secretaria do CONSEA informou ainda que foram identificados 31 (trinta e um) Programas e 86 (oitenta e seis) Ações prioritárias, distribuídos nos seguintes temas: Acesso à alimentação (2 programas e 3 ações); Ações Estruturantes (5 programas e 7 ações); Alimentação Escolar (1 programa e 2 ações); Alimentação Saudável (2 programas e 5 ações); Catadores de lixo (1 programa e 1 ação); Plano de safra – Agricultura familiar e Reforma Agrária (7 programas e 16 ações); SAN das populações Indígenas (2 programas e 13 ações); SAN das Populações Negras (1 programa e 6 ações); SAN no semi-árido (6 programas e 23 ações) e Transferência de renda (4 programas e 10 ações). Finalizando, Aloisio Melo apresentou comparativo entre a seleção apresentada e a relação de programas/ações que integram o Anexo Fome Zero no OGU 2005, concluindo pela existência de 45 ações em vinte e dois programas que constam de ambas as relações; havia 40 ações de quinze programas que constavam na relação do CONSEA mas não no Fome Zero; e vinte ações de dez programas em situação inversa. Em seguida, a representante do MPOG, Mônica Libório, complementou as informações apresentadas, propondo que o acompanhamento seja feito por temas, apresentados pelos vários órgãos responsáveis, a exemplo do informe apresentado sobre a questão indígena. Com relação à questão da água no Semi-Árido, considerou que a seleção feita contemplou um leque muito amplo de ações, sendo necessário definir o que é de interesse mais direto. A Coordenadora da Comissão Permanente 2 – SAN das Populações Negras, Ana Lúcia Pereira, informou que as populações negras não se restringem aos quilombolas, sendo necessário tratamento mais amplo; destacou a necessidade de incluir na seleção os

Programas “Paz no Campo”; “Regularização da Estrutura Fundiária”; “Saneamento Rural”; “Pró-Ambiente”; “Comunidades Tradicionais”; “Cultura Afro-Brasileira”; e “Primeiro Emprego”. A Conselheira Ana Lúcia Pereira propôs ainda que, quanto à metodologia a ser utilizada para acompanhar o ciclo orçamentário, fazer acompanhamento por região e não apenas da execução no Centro Oeste. O Conselheiro Naidison Quintela apresentou os seguintes adendos, propostos pela Comissão Permanente 5 - SAN no Semi-Árido: inclusão do apoio às pequenas obras hídricas para captação de água para produção; quanto ao PRONAF, deve-se incluir as ações da Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT, além da Secretaria de Agricultura Familiar. O Coordenador da Comissão Permanente 6 – Direito Humano à Alimentação Adequada propôs incluir recursos para o funcionamento da Comissão de Monitoramento DHAA, a ser implementada na SEDH. A Coordenadora da Câmara Temática 1 – Produção e Abastecimento informou que não houve tempo hábil para o debate, mas identificou, a partir do seu ponto de vista, a falta dos programas do Ministério do Meio Ambiente, uma vez que há ali um conjunto de programas com relação direta com a Segurança Alimentar e Nutricional; destacou a validade de se incluir o Pró-ambiente, os programas relativos à biodiversidade e também o Programa Piloto de Proteção das Florestas Tropicais - PPG7, criado pelo governo e pela sociedade civil brasileira, sendo hoje a mais abrangente iniciativa de cooperação internacional visando a proteção de florestas tropicais. A Coordenadora da Câmara Temática 2 – Saúde e Nutrição informou que também aquela instância não conseguiu debater o tema, porém avalia que a população da Zona da Mata, caracterizada por situação de exclusão e miséria talvez mais crítica que no semi-árido, não conta hoje com programas específicos no OGU; destacou ainda a falta de ações mais gerais de VAN, pesquisa nutricional e outras. A Coordenadora da Câmara Temática 3 – SAN para Grupos Populacionais Específicos, Elza Braga, propôs que sejam apontados os temas prioritários para uma maior atenção e assegure-se o tratamento das populações especificas nos vários programas (Bolsa Família e ações complementares, Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, Acesso aos alimentos, Economia Solidária, CONSADs). A Conselheira Elza Braga acrescentou a necessidade de especificar melhor o atendimento às populações atingidas por grandes projetos, incluindo o re-assentamento São Francisco, e também o atendimento aos assentados da reforma agrária, os catadores de materiais recicláveis, sendo necessário adequar essa denominação, e incluir o censo das populações indígenas, a regularização de terras indígenas e quilombolas e os recursos do financiamento da Agricultura Familiar (colocar também a parte maior dos recursos). O Conselheiro Carlos Faccina parabenizou o trabalho do grupo, afirmando que deve-se priorizar para garantir o acompanhamento das ações, considerando a complexidade para gerir as ações de um mesmo tema que se encontram dispostas em vários ministérios. O Observador Flávio Valente considerou importante que fossem incorporadas algumas de ações da atenção básica e propôs que se busque fazer isso com o Ministério da Saúde. O Conselheiro Ubiraci Dantas parabenizou o grupo, afirmando que trabalhos realizados nessa ordem auxiliam o Governo na compreensão das preocupações elencadas pelo CONSEA, demonstrando, inclusive, tratar-se de trabalho realizado por pessoas com interesses no assunto e que esse esforço não pode ser desperdiçado. Afirmou ainda que, mantendo-se a política de elevado superávit e elevados juros em privilégio do capital externo, corre-se o risco de contingenciamento e de não se dispor da maior parte dos recursos do OGU. O conselheiro colocou-se à disposição para sensibilizar o Ministério da Fazenda quanto ao assunto. A representante da CGPAN e do Ministro da Saúde, Sra. Ana Beatriz Vasconcelos, solicitou que se insira ações relativas à Atenção Básica, em especial aquelas voltadas à saúde da criança e da gestante e ainda ao

controle das doenças veiculadas por alimentos. Em seguida, o conselheiro Jorge Numa ressaltou a importância do papel político e do potencial do CONSEA como premissas a serem aproveitadas, principalmente quanto ao poder de convocação; acredita que se deve ampliar os temas e buscar parcerias para fazer o acompanhamento; considerou também que o Ministério da Fazenda não pode ser deixado de lado nesse acompanhamento orçamentário, pois pode ser necessário pressionar no sentido de que não haja contingenciamento. O Conselheiro Adriano Martins disse que o grupo terá que se esforçar para definir, dentro do leque mais amplo, onde deverão centrar maior atenção, o que considera mais exigente que a abertura de temas. O Conselheiro Renato Maluf, ressaltando a complexidade da questão do OGU, considerou um avanço ter como ponto de partida os temas prioritários; no entanto, não concordou com a amplitude, registrando posição de que deverão ser definidas prioridades dentro dos temas abordados; quanto aos recursos, considerou importante estudar de que maneira poderão ser estimadas as demandas e necessidades. O Conselheiro Ariovaldo Ramos parabenizou o grupo e enfatizou que o desafio está no numerário, sendo necessário conhecer não só o que está no Orçamento, mas também o que efetivamente está disponível; e julgou importante definir um fluxo de informações que permita que estas estejam disponíveis oportunamente. O Conselheiro Ariovaldo Ramos acrescentou que o Governo parece querer defender-se do CONSEA, sendo que se trata de uma parceria, uma vez que é atribuição do CONSEA otimizar as ações governamentais; considerou ainda que, mesmo não sendo neste exercício, que se considere, no médio prazo, a perspectiva de integração dos programas; e registrou posição favorável à criação de uma instância para tratar dessa questão. A Conselheira Elza Braga parabenizou o trabalho do GT de Orçamento e considerou que a apresentação da Comissão Permanente de SAN dos Povos Indígenas foi um exemplo de intersetorialidade; considerou que o trabalho do GT Orçamento permitirá dar um salto de qualidade ao CONSEA, motivo pelo qual deve ser constituída uma instância para o acompanhamento não apenas dos aspectos financeiros, mas também da realização das metas, gerando um balanço anual. A Conselheira Elza Braga propôs ainda que o “núcleo duro” do Governo, responsável pelo orçamento e por possíveis contingenciamentos, esteja presente à próxima reunião. O Conselheiro Pedro Kitoko ressaltou a importância de se incluir na seleção de Programas o Monitoramento da Água e da Qualidade dos Alimentos. O Conselheiro Élido Bonomo ressaltou a necessidade de inclusão do monitoramento da situação alimentar, e não só nutricional, da população; relembrou que na última reunião aprovou-se a proposta de ampliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE para o ensino médio em 2006; e considerou insignificante o valor para pesquisa e desenvolvimento na área de SAN no MCT. O Conselheiro Elido Bonomo ressaltou que a definição dos programas deve considerar não apenas o financeiro, mas também o processo, o resultado e seus impactos; e colocou a necessidade de se fazer discussão, no segundo semestre, sobre os impactos da política econômica sobre a SAN, verificando inclusive se há incompatibilidade ou não. A Conselheira Sonia Lucena chamou atenção ao fato de não estarem contemplados o saneamento das escolas, inclusive como parte da educação, e também as populações vulneráveis (favelas e áreas de risco) nas regiões metropolitanas; e questionou a falta de controle social sobre a execução das obras de saneamento. A conselheira Zilda Arns considerou o saneamento básico como um dos mais importantes elementos da SAN, tendo sido definido, em 1979, como uma das soluções, junto com o consumo da soja, para acabar com a desnutrição; em função disso, sugeriu serem contemplados os programas relativos ao acesso à água e o saneamento ambiental, ressaltando haver sobra de recursos

disponíveis para essas ações, a cada exercício, por problemas de gestão. Em seguida, a representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Mônica Libório, apresentou suas considerações, iniciando por destacar que o crescimento no número de ministérios e secretarias aumenta a dispersão das ações e recursos do Governo Federal, pois cada órgão defende o seu e há dificuldade de focar e reduzir o número de programas e ações; lembrou que existe na Casa Civil uma Sub-Chefia responsável pela articulação e monitoramento das ações governamentais, o que é uma tarefa complexa. A representante do MPOG registrou considerar possível obter dados de execução por meio dos relatórios sistemáticos, mas o principal é que as comissões possam analisar esses dados e, para isso, será necessário priorizar, além de se constituir um grupo permanente dedicado a essa tarefa, com participação dos representantes dos órgãos responsáveis pelas ações. Com relação ao Semi-Árido, a representante do MPOG recolocou a necessidade de se definir quanto à inclusão ou não das obras hídricas e a conclusão da seleção, tendo em vista a amplitude de programas elencados. Finalmente, a Senhora Mônica Libório considerou que o contingenciamento é um assunto complexo, sendo necessário por haver receitas previstas pelo Legislativo que não são realizáveis; por outro lado, há recursos disponíveis que não são executados, de forma que é preciso focar o prioritário, uma vez que realizar o total é difícil; e concluiu considerando ser fundamental a existência de um grupo permanente com o objetivo de acompanhar o assunto. O presidente do CONSEA informou ao plenário que as propostas serão analisadas pelo Grupo de Trabalho de Orçamento e solicitou que as instâncias priorizem o tema e garantam sua inclusão nas pautas das próximas reuniões, a serem realizadas em julho, ocasião em que deverão ser discutidos, inclusive, as propostas de valores para o OGU 2006. Informou ainda sobre a Oficina intitulada “O Orçamento como Instrumento de Monitoramento do Direito Humano à Alimentação Adequada – DHAA”, nos dias 1º. e 02 junho, promovida conjuntamente pela ABRANDH e pelo CONSEA e, em seguida, o Presidente Francisco Menezes encerrou os trabalhos da manhã. PERÍODO DA TARDE: O Presidente do CONSEA, Francisco Menezes, reiniciou os trabalhos às 14 horas e 28 minutos, convidando para compor a mesa o Embaixador Régis Arslanian, o Embaixador Piragibe, o Conselheiro Tovar Nunes, todos do Ministério de Relações Exteriores, e o Conselheiro Renato Maluf, do CONSEA, coordenador do Grupo de Trabalho sobre Negociações Internacionais. O Presidente do CONSEA lembrou aos presentes sobre a plenária realizada em outubro de 2004, quando deu-se inicio às discussões sobre a agenda internacional, e passou a palavra ao Conselheiro Renato Maluf, que agradeceu a presença dos representantes do MRE e a participação dos mesmos no Grupo de Trabalho sobre Negociações Internacionais. Falando em nome do referido Grupo de Trabalho e da Câmara Temática 1 – Produção e Abastecimento, o Conselheiro Renato Maluf iniciou sua apresentação retomando os objetivos desse debate, quais sejam: a incorporação de considerações de SAN nas negociações internacionais, com destaque para a Reunião Ministerial da Rodada Doha da OMC; e a sugestão da análise de outros acordos com incidência sobre a SAN. Informou que a Câmara Temática 1 – Produção e Abastecimento decidiu por tirar o foco das negociações União Européia – Mercosul, optando por apresentar sugestões a serem consideradas para outros acordos; e informou também que há posições, na mobilização social, que questionam a própria negociação de alimentos no âmbito da Organização Mundial do Comércio - OMC. Continuando, o Conselheiro Renato Maluf registrou que o CONSEA tornou-se um dos interlocutores das consultas do governo às organizações e a outros setores, ficando o GT no âmbito da Câmara Temática 1 e composto por representantes da sociedade e do Governo, quais sejam: MAPA, MDA, MDS, MRE, Secretaria Geral da

Presidência da República, CONTAG, Fórum Brasileiro de SAN – FBSAN e outros convidados como (REBRIP, Oxfam e ActionAid). Em seus procedimentos, o Grupo buscou a construção de consensos e o registro de dissensos, resultando na definição das seguintes diretrizes de segurança alimentar e nutricional: (a) Definição da SAN adotada na II CNSAN; (b) DHAA - Diretrizes Voluntárias para o Direito à Alimentação; (c) Soberania alimentar, entendido como o exercício da soberania sem comprometer SAN de outros países; (d) Avanço no tratamento especial e diferenciado para países em desenvolvimento; e finalmente, registrou-se posição do MAPA sobre conflitos entre SAN e soberania alimentar e sobre o papel do comércio internacional para a SAN. O Conselheiro Renato Maluf apresentou proposta de que o CONSEA aprove manifestação de repúdio à iniciativa de reclassificação de países em desenvolvimento, entendida como uma forma de exclusão de parte deles do tratamento especial e diferenciado. Quanto à incorporação da SAN nas negociações internacionais, o Grupo de Trabalho propôs que seja inserida em todas as negociações a definição da Declaração de DOHA/OMC sobre o tratamento especial e diferenciado para segurança alimentar e desenvolvimento rural; e que se estabeleçam disciplinas para operar tal tratamento, junto com Mercosul (por meio da Reunião Especializada de Agricultura Familiar) e ao G-20, abrangendo produtos especiais e mecanismo de salvaguarda especial. Com relação à definição de produtos especiais, o Grupo de Trabalho fez referência ao texto do Acordo-quadro de Julho de 2004: “os países em desenvolvimento terão a flexibilidade para designar um apropriado número de produtos como Produtos Especiais, baseados no critério de segurança alimentar, defesa dos meios de subsistência e necessidades de desenvolvimento rural”. Para a definição desses produtos, o Conselheiro Renato Maluf apresentou a proposta de se considerar, pelo lado da oferta, o peso da agricultura familiar no número de estabelecimentos e na quantidade total produzida, acrescidos de um indicador da cobertura do produto pelos programas de apoio à agricultura familiar e de desenvolvimento rural; pelo lado da demanda, devem ser considerados os produtos mais importantes nas despesas com alimentação das famílias nos menores estratos de renda e que apresentam significativa elasticidade-renda; a junção dos dois critérios resultaria na identificação de um conjunto de produtos que, ao mesmo tempo, formam a base alimentar da população, têm elevada participação da agricultura familiar e são relevantes nos programas de desenvolvimento rural; finalmente, para se chegar à identificação final dos produtos de segurança alimentar a serem incluídos nas categorias "especiais" e "sensíveis" nas negociações internacionais, propôs a aplicação de um “filtro” de forma a excluir os produtos de grande exportação líquida, tendo como resultado os seguintes produtos: arroz, feijão, hortaliças, leite, mandioca, milho, pescados, tomate e trigo. A seguir, o Coordenador do GT apresentou as seguintes ressalvas a essa identificação de produtos: não redirecionar políticas para a agricultura familiar para enfoque por produto; usar critérios para diferenciar produtos originários do agronegócio e da agricultura familiar; e usar a lista de produtos conforme circunstâncias das negociações. Quanto aos mecanismos de salvaguardas especiais, o Conselheiro Renato Maluf apresentou proposta de que seja parte do tratamento especial diferenciado; que se considere a necessidade de desenvolver o mecanismo e as condições de sua operação; e registrou ressalva do MAPA quanto à necessidade de se analisar conveniência e amplitude da eventual utilização da “lista de produtos especiais” e do “mecanismo de salvaguarda especial”, evitando ampliar muito a postura defensiva face à posição negociadora ofensiva do Brasil. Em seguida, o Conselheiro Renato Maluf apresentou uma síntese das recomendações, organizadas nos três pilares em que se fazem as negociações na OMC: Pilar I -Acesso aos Mercados: implementar disciplinas para definição de critérios e identificação dos produtos especiais;

definir critérios e listas dos produtos tropicais; estabelecer disciplinas para o mecanismo de salvaguardas especiais para países em desenvolvimento; Pilar II - Subsídios às Negociações: seguir com a demanda pelo fim imediato dos subsídios às exportações e todas as outras medidas equivalentes, com vistas à proteção da renda dos agricultores familiares; e Pilar III - Apoio Interno: na Caixa Verde, sugerir alterações que permitam aquisições subsidiadas de alimentos para efeito de segurança alimentar, desde que adquiridos de agricultores familiares em países em desenvolvimento; na Caixa Amarela, assegurar a manutenção do limite para apoios mínimos, como a cláusula *de minimis*, artigo 6.4, e do atual tratamento diferenciado para países em desenvolvimento referente a políticas de crédito em investimento e em custeio, no artigo 6.2. Finalmente, o Conselheiro Renato Maluf apresentou as propostas do GT relativas aos outros temas relacionados à Segurança Alimentar e Nutricional: (a) controle do acesso aos recursos naturais, proteção do meio ambiente e do patrimônio natural, da biodiversidade e dos conhecimentos tradicionais; (b) "Negociações cruzadas", acordos sobre agricultura e outros acordos, relativos à propriedade intelectual, serviços, investimento, compras governamentais e Protocolo de Kyoto sobre meio-ambiente; (c) Serviços e investimento, tendo em vista a promoção de políticas de desenvolvimento; (d) Propriedade intelectual, incluindo políticas de proteção dos conhecimentos e do direito de escolha agricultores e populações tradicionais e ainda a Conferência das Partes/Convenção sobre Diversidade Biológica e 3ª Reunião das Partes/ Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança; e (e) Compras governamentais, propondo-se não assumir compromissos nesse item, tendo em vista o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Com isso, o Conselheiro Renato Maluf considerou que o Grupo de Trabalho sobre Negociações Internacionais havia concluído os seus trabalhos, tendo sido apresentada proposta de que o GT continuasse a funcionar com o objetivo de acompanhar o desenvolvimento das negociações comerciais e também para abordar outros acordos, para o quê seria necessário rever sua composição no sentido de tratar temas como a biodiversidade. Em seguida, o Presidente do CONSEA apresentou o Ministro Miguel Rossetto, que se integrou à Mesa e fez uso da palavra para desculpar-se pelo atraso e pela interrupção do tema, registrando a qualidade da formulação do trabalho coletivo no âmbito do CONSEA; destacou ainda a singularidade daquela situação, em que embaixadores participam de discussões abertas com a sociedade, de forma a publicizar as políticas, o que caracterizava um grande patrimônio do país, considerando inclusive o grau de profundidade e amadurecimento do tema. O ministro informou que houve uma importante reunião de Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar – REAF na semana passada, no Paraguai, com a apresentação das políticas nacionais para o setor e superação da pobreza rural; destacou que as políticas brasileiras são muito superiores às demais da América do Sul. O Ministro Miguel Rossetto informou ainda que, há quinze dias, concluíram-se as negociações com Marcha da Via Campesina e do MST, com foco nas políticas agrárias e agrícolas relacionada; o acordo firmado, cuja cópia será entregue ao CONSEA, incluiu: assentamento de 115.000 (cento e quinze mil) famílias em 2005; revisão dos índices de produção; concurso público para 1.300 (um mil e trezentos) novos cargos no INCRA, totalizando uma ampliação de 1.800 (um mil e oitocentos) a 2.000 (dois mil) novos servidores no órgão; e quatro novas políticas de fomento à atividade produtiva nos assentamentos, incluindo a elevação do teto do Pronaf A de R$15.000,00 (quinze mil reais) para R$18.000,00 (dezoito mil reais), a ampliação do número de créditos de custeio aos assentados de um para três, e ainda a criação de linhas de crédito para recuperação de assentamentos e para agroindústrias nos assentamentos. O Ministro Miguel Rossetto destacou a qualidade desse processo de negociação, que

resultou no fortalecimento da capacidade de propor políticas públicas adequadas ao desenvolvimento rural. Em seguida, informou sobre a negociação em andamento com a CONTAG, com expectativa de conclusão ainda naquela semana, juntamente com as negociações com a FETRAF, abordando temas como a previdência rural, considerado importante instrumento de garantia de renda para seis milhões de famílias; as melhorias no Crédito Pronaf para a Safra 2005/2006; a fiscalização das relações de trabalho, com destaque para o combate ao trabalho escravo e a aprovação da PEC 438; e questões agrárias diversas. Finalmente, o Ministro do Desenvolvimento Agrário informou sobre o Seguro Agrícola, que realizou 800.000 (oitocentas mil) operações no seu primeiro ano, cobrindo um montante de quatro bilhões de reais, estando se iniciando naquele momento os primeiros pagamentos, tanto das dívidas bancárias quanto da renda, para cerca de 200.000 (duzentas mil) famílias. Em seguida, o Presidente do CONSEA agradeceu ao Ministro Miguel Rossetto pela sua presença e pelos informes e deu continuidade ao item da pauta relativo às Negociações Internacionais, passando a palavra ao Embaixador Piragibe, para que este apresente seus comentários acerca da proposta do CONSEA. O Embaixador Piragibe iniciou manifestando sua satisfação pela oportunidade de diálogo com o CONSEA, e ressaltou que a Rodada de Doha tem foco comercial, sendo o Brasil um país com grande poder exportador e também com importante contingente populacional no meio rural, o qual tem participação na produção agropecuária e também nas exportações. Com relação ao documento apresentado pelo Grupo de Trabalho de Negociações Internacionais, o Embaixador Piragibe destacou dois itens, sendo o primeiro relativo à valorização da SAN no comércio internacional; quanto a esse item, informou que o Brasil tem defendido essa posição, juntamente com o G-20, Grupo que engloba países em desenvolvimento, alguns exportadores e outros com preocupações internas; o ganho com o G-20, segundo o Embaixador, foi o de se fazer uma ligação entre temas comerciais e temas sociais ou de SAN na Rodada de Doha. O segundo item destacado pelo Embaixador Piragibe foi relativo ao tratamento especial diferenciado, que não diz respeito apenas a produtos ou mecanismos de salvaguarda, mas também a políticas e programas; ressaltou a importância de se buscar critérios para produtos especiais, o que requer cuidado, pois a antecipação de definições pode fornecer elementos para rivais; a proposta refere-se, basicamente, à ação de redução de barreiras de comércio internacional, sendo que, neste momento, as definições propostas pelo GT do CONSEA devem servir para uso interno, ou seja, para que saibamos quais são os nossos interesses em SAN. Com relação às ressalvas do MAPA, o Embaixador Piragibe considerou que vêm da visão empresarial e do receio de que argumentos de defesa de sAN possam enfraquecer os argumentos pela abertura de mercados. Registrou ainda concordância com os conteúdos dos três pilares, destacando que as salvaguardas especiais também vão requerer estudos mais aprofundados, visando evitar riscos de que grandes importações desestruturem setores produtivos. O Embaixador Piragibe esclareceu que a Caixa Verde refere-se a medidas não distorcivas ao comércio, ao passo que a Caixa Amarela refere-se a medidas distorcivas, questão sobre a qual o Brasil tem exercido maior agressividade em relação aos países mais desenvolvidos, havendo, no entanto, a preocupação de preservar o apoio à agricultura familiar, mas entende que o Brasil se enquadra sem problemas dentro do limite do acordo. Em seguida, o Embaixador Régis Arslanian apresentou seus comentários, iniciando por considerar o documento um marco, uma vez que, estando trabalhando com comércio internacional há vinte anos, aquela foi a primeira vez que viu um documento refletir de forma tão madura a interação entre sociedade civil e Governo; o próprio fato de ter se constituído um Grupo de Trabalho para produzir proposições para a atuação do Itamaraty foi algo

inédito, tendo como resultado um documento que reflete de forma madura e consciente os interesses da SAN, levando em conta os interesses negociadores. Continuando, o Embaixador Régis considerou que o documento confere legitimidade aos negociadores brasileiros, citando como exemplo da maturidade referida anteriormente o fato de ter se cogitado elencar uma lista de produtos a serem excluídos das negociações, proposta que foi revista pelo Grupo de Trabalho, que levou em conta a ponderação de que isso implicava o risco de comprometimento das negociações, optando, ao fim, pela abordagem de "filtragem" desses produtos sensíveis, esta sim a mais correta. Na seqüência, o Conselheiro Tovar Nunes registrou posição de que o documento representou um marco importante, sendo necessário outros no futuro, tendo em vista a retomada das negociações em torno da ALCA, além da abertura de negociações com o Canadá e com outros países; ao fim, agradeceu pela colaboração e colocou-se à disposição do CONSEA. O Presidente Francisco Menezes abriu então os debates sobre o tema das Negociações Internacionais e a SAN, passando a palavra ao Conselheiro Ariovaldo Ramos, que agradeceu a clareza e a elegância das informações apresentadas e perguntou, considerando as posições comerciais agressivas do Brasil, e considerando também que o MAPA tem posições contrárias às políticas para a agricultura familiar, qual será a efetividades das propostas; ou, de outra forma, se elas efetivamente serão levadas a efeito. O Conselheiro Ariovaldo Ramos concluiu afirmando que, ao apresentar tal questão, não coloca em dúvida as posições e a competência do MRE e do Itamaraty. O Conselheiro Martinho Lenz apresentou questão sobre as posições a serem defendidas pelo Brasil na Rodada de Doha. O Conselheiro Alberto Broch agradceu ao empenho do Coordenador do GT, que contou com participação da CONTAG, ressaltando a complexidade do tema e do desconhecimento da sociedade sobre este; e registrou posição de que as negociações econômico-comerciais das quais o Brasil participa não tenham abordagem exclusivamente mercantilista, mas que incorpore efetivamente a visão de SAN. O Conselheiro Alberto Broch questionou sobre a repercussão desse tema dentro do G-20, que foi a grande novidade nesse cenário, em termos das possibilidades de apoio internacional à proposta. Continuando, o Senhor Alberto Broch informou sobre o início do Grito da Terra, com presença de seis a sete mil pessoas de todo o país, para negociações sobre as políticas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar, além da reforma agrária e da Previdência, que juntas são a principal fonte de renda e de empregos em muitos municípios; a pauta foi entregue ao Presidente da República e as negociações finais ocorreriam durante aquela semana, solicitando o apoio do CONSEA para uma boa conclusão desse processo. A Conselheira Zilda Arns solicitou informações sobre a implantação de proposta aprovada em encontro da ONU ocorrido em 1996, referente à liberdade para que os países mais pobres pudessem comercializar seus produtos, sem barreiras protecionistas dos países ricos, ao invés de continuar recebendo "esmolas"; e perguntou sobre a situação do auxílio aos países mais pobres. Em seguida, o Presidente do CONSEA passou a palavra aos membros da Mesa para as respostas e esclarecimentos, iniciando pelo Conselheiro Renato Maluf, que agradeceu aos comentários elogiosos e citou as pessoas que colaboraram para a sua elaboração, entre elas: Rafael Cedro, Laudemir Muller e Ana Pijnappel, do MDA; Antonio Facco, da CONTAG; e Flávio D´Amico e Carmem Rial, do MRE. O Conselheiro Renato Maluf prosseguiu relembrando o debate ocorrido na Plenária do CONSEA de outubro de 2004, quando se propôs a ampliação do foco da intervenção do Governo Brasileiro no cenário internacional, abrangendo a SAN e a soberania alimentar, além do combate à pobreza. Registrou também que, de fato, o GT corrigiu seu rumo ao longo dos trabalhos, indo além da visão inicial centrada nos produtos e enfocando o principal, que são as políticas e os programas; nesse tema, as

questões da “Caixa Verde” têm maior relevância, o que requer maior elaboração de questões para as quais não se conseguiu respostas, nem da sociedade civil nem do governo. O Embaixador Piragibe considerou, com relação à eficácia das propostas, que nas negociações agrícolas da OMC esse tema já havia sido incluído e, portanto, já há um pré-reconhecimento, restando a questão relativa à dimensão deste no acordo final; e acrescentou que há países com interesses e preocupações semelhantes, como a Índia, o que garantirá sua incorporação. O Brasil continua na estratégia ofensiva, segundo o Embaixador, pela qual países em desenvolvimento querem vender e ter a valorização correta dos seus produtos; isso será combinado com a ação defensiva, com apoio do G-20 e outros, como os africanos e países mais pobres ou de desenvolvimento relativo. Continuando, o Embaixador Piragibe comentou os obstáculos à efetividade da proposta, com destaque para o mau-uso dos conceitos, ou seja, sua utilização pelos países desenvolvidos para defender protecionismos; e também o risco de superdimensionamento do tema da SAN, que implicaria, no limite, em não mais haver comércio internacional; ela destaca que esse é um tema para os países em desenvolvimento. Acrescentou que o novo Diretor-Geral da OMC, Pascal Lamy, será o responsável pela parte final das negociações, sendo ele uma pessoa sensível e que tenderá a adotar uma postura de equilíbrio, sem buscar defender interesses específicos, destacando que já são considerados outros aspectos que não os estritamente econômico-comerciais, como por exemplo a preservação dos valores rurais. Finalmente, o Embaixador Piragibe especificou os próximos passos: após recebimento e avaliação do documento final pela Presidência da República, deverá ser feita a distribuição deste ao G-20, passando então a compor o rol de documentos partilhados pelos parceiros das negociações. Em seguida, o Embaixador Régis Arslanian esclareceu como tem sido incorporada a SAN nas negociações internacionais, citando o exemplo da ALCA, ocasião em que o Brasil apresentou proposta de reestruturação do mandato de negociação com base em preocupações relativas à SAN e à agricultura familiar, sendo que os 34 (trinta e quatro) países aceitaram a mudança para garantir maior enfoque para acesso a mercados. Com isso, ressaltou o Embaixador Arslanian, o novo projeto da ALCA passou a prever tratamento diferenciado e inseriu a categoria “agricultura familiar”. Para a União Européia, estabeleceu-se documento de parâmetros do Mercosul com cinco pontos, dos quais três são relativos a SAN: (a) Tratamento Especial Diferenciado; (b) aqueles produtos com subsídios não gozarão de preferências; e (c) propriedade intelectual, tema que se relaciona à SAN e à agricultura familiar, sem compromisso com observância de TRIPS. Além disso, continuou o Embaixador Arslanian, foram também colocadas ressalvas em outros itens, como as compras governamentais, para o qual se previu que a abertura de licitações do Executivo só seria feita caso não tivesse impacto sobre as políticas nacionais. Com relação à abertura de comércio, o problema, segundo o embaixador, é que os mais protecionistas são os mais desenvolvidos, que têm tarifas de até 200% (duzentos pontos percentuais) e cotas; por isso, esclareceu o Embaixador Régis Arslanian, toda a negociação é dirigida para que eles reduzam as tarifas. Fechando o bloco, o Conselheiro do MRE Tovar Nunes considerou que a REAF é um canal para discussão de posição comum do Mercosul sobre SAN, sendo que alguns dos países ali presentes dizem que a agricultura familiar não seria importante, o que mostra a necessidade de compartilhamento dos pontos do documento proposto pelo Grupo de Trabalho do CONSEA com os demais membros do Mercosul, propondo que o CONSEA faça esse encaminhamento. O Presidente do CONSEA consulta a Plenária quanto à aprovação do documento do Grupo de Trabalho e quanto à continuidade deste; ambas as propostas são aprovadas por unanimidade. Com isso, o Presidente do CONSEA agradece a

colaboração e a participação dos representantes do MRE e dá prosseguimento à Pauta, consultando os conselheiros quanto à supressão do item relativo à Resolução de Procedimentos do CONSEA, em função do adiantado da hora, propondo a incorporação das contribuições recebidas, a saber, do Conselheiro Werner Fuchs e da Secretária Executiva do MDS, Senhora Márcia Lopes, com apreciação da nova versão na próxima Plenária; a proposta foi aprovada por unanimidade pelos Conselheiros. O Conselheiro Ubiraci Dantas solicitou esclarecimento quanto à continuidade dos debates sobre o OGU, ao que o Presidente do CONSEA esclareceu que as propostas apresentadas em Plenário serão incorporadas pelo GT e será programado o debate sobre Política Econômica para o segundo semestre. O Conselheiro José Arimatéia complementou, sugerindo que os documentos fossem encaminhados para todos os conselheiros, com o que concordou o Presidente Francisco Menezes. Em seguida, deu-se início ao ponto de pauta relativo aos Informes, iniciando-se pelos informes da Presidência do CONSEA: (1) quanto à Exposição de Motivos sobre a elevação do valor per capita repassado pelo PNAE: após quinze dias, houve a decisão do Presidente de fazer o aumento e de incluir os quilombolas; (2) realização do III Encontro de Conselhos de Políticas Públicas, que discutiu a proposição das metas sociais brasileiras, devendo o IV Encontro ocorrer em agosto, tendo entre os temas o controle social, que é de interesse comum. A representante do MCT, Lana Pires, informou sobre os editais do MCT (CNPq, FINEP) com vinte milhões de reais; e sobre parcerias com o MDA, a SEPPIR, Secretaria Especial de Pesca, o MDS e o FNDE, envolvendo os Fundos Setoriais do MCT, sendo a SAN um tema transversal; e fez referência ao Ministro, que têm disponibilizado recursos para os editais, cujo prazo de encerramento é o dia 10 de junho próximo, cogitando-se prorrogação. A representante Lana Magaly destacou as novidades representadas pelos editais de extensão universitária e pela bolsa de extensão tecnológica, tendo como beneficiários potenciais tanto o coordenador de projeto como lideranças comunitárias. Em seguida, o Presidente Francisco Menezes passou a palavra à Conselheira Ana Placidino, que apresentou informe sobre a gravíssima situação de contaminação por chumbo da população do Município de Santo Amaro da Purificação – BA. A Conselheira Ana Maria Placidino apresentou informações levantadas a partir de visita de diagnóstico realizada em abril de 2005 pela Associação Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu – ACBANTU e pela Rede KODYA – Comunidades Organizadas da Diáspora Africana pelo Direito Humano à Alimentação, a pedido da Coordenação de Apoio às Populações Vulneráveis da Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. O problema originou-se dos resíduos contaminantes produzidos pela Companhia Brasileira de Chumbo – COBRAC, que se instalou naquele Município e produziu lingotes de chumbo durante o período de 1960 a 1993. As exigências para o funcionamento da fábrica, fixadas pelo Governo do Estado em 1981, não foram respeitadas, resultando em diversas formas de contaminação da população local: pelo ar, pela deposição de resíduos no Rio Subaé e pelas roupas dos trabalhadores, enquanto funcionou a indústria; além disso, a Prefeitura utilizou a escória da indústria para pavimentar ruas e construir dezenove poços artesianos; e a própria população, desinformada, utilizou esse material para revestir quintais e varandas dos domicílios. A Associação das Vítimas da Contaminação por Chumbo, Cádmio, Mercúrio e Outros Elementos Químicos – AVICCA, criada em 2001, tem registro de 560 (quinhentas e sessenta) crianças contaminadas e de 89 (oitenta e nove) viúvas da contaminação. O Município tem a maior incidência de câncer no Estado há 44 (quarenta e quatro) anos, e também os piores indicadores sociais no Estado, com destaque para o elevado número de casos com tuberculose e hanseníase. Em função da contaminação, têm

ocorrido problemas de má-formação e de desenvolvimento das crianças, afetando suas capacidades cognitivas, entre outras seqüelas. Por outro lado, os ex-trabalhadores não conseguem se aposentar pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, o qual, conforme consta dos relatos, não reconheceu a contaminação por chumbo como doença. A situação de pobreza dessas famílias agrava ainda mais a situação, na medida em que estas acabam por consumir os alimentos produzidos no local, também contaminados pelos resíduos presentes no solo e na água. Foram criadas Comissões Intersetoriais, nos níveis municipal e estadual, tendo sido definidas ações de curto, médio e longo prazo. No entanto, não foi iniciada a implementação destas, nem sequer as de curto prazo. Atualmente, há atendimento das famílias pelas Comunidades Religiosas de Matriz Africana, vinculadas à ACBANTU, com distribuição de cestas básicas, acompanhamento familiar terapêutico e realização de atividades culturais. Como base no diagnóstico, a Conselheira Ana Placidino apresentou propostas de ações emergenciais e de médio prazo, a saber: (1) Distribuição de 3.000 (três mil) cestas básicas mensais através da Associação Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu – ACBANTU/Rede KODYA, com aquisição dos seguintes itens de outros Municípios para o fornecimento às famílias: carne, leite, peixe, ovos, hortaliças, legumes etc; (2) Capacitação Profissional para 400 (quatrocentos) jovens oriundos das comunidades prioritárias na área de metalurgia, visando formar mão-de-obra direcionada à necessidade de 4.000 (quatro mil) trabalhadores para a construção da Plataforma Marítima da Petrobrás em São Roque, situada a 25 (vinte e cinco) minutos de distância; (3) Realização de Oficinas Culturais com foco terapêutico, com convite aberto à comunidade, carga horária de três horas semanais, durante doze meses. (4) Capacitação de lideranças comunitárias nas áreas de gestão social, processos colaborativos, formação de cooperativas, com foco terapêutico para vítimas de traumas; duração de seis meses, com carga horária de dezesseis horas semanais. (5) Fortalecimento das comunidades de referência, ou seja, as comunidades religiosas de matriz africana, como organizações legítimas que podem articular uma série de ativiades junto às famílias. (6) Unificação dos Cadastros das famílias atendidas pelas Comunidades Religiosas de Matriz Africana da ACBANTU/Rede KODYA com os cadastros das famílias atendidas pela Associação das Vítimas da Contaminação por Chumbo, Cádmio, Mercúrio e Outros Elementos Químicos –AVICCA. (7) Implantação de banco de dados no Município, contendo o Cadastro das Vítimas, com o objetivo de subsidiar a garantia de direitos e políticas públicas. (8) Campanha de conscientização da população, visando conter as formas de propagação da contaminação, o acesso aos direitos humanos e a discussão de ações conjuntas. Metodologia proposta: realização de dois seminários; produção de material de divulgação sobre a contaminação (folder, cartazes, banners, boletim informativo mensal). (9) Ações ambientais: implementação das ações definidas pelas Comissões Intersetoriais, com participação do MDS nestas visando acelerar o ritmo dos trabalhos. Concluído o informe, o Presidente do CONSEA considerou ser necessário definir encaminhamentos, dada a gravidade da situação. O representante do MRE, Senhor Milton Rondó, informou que a mesma empresa teve ação semelhante no Vale do Ribeira, em São Paulo; a USP fez pesquisas nesse local e na Bahia, tendo o Ministério Público de São Paulo aberto uma ação contra a empresa, que mudou de São Paulo para a Bahia; o estudo demonstra impactos do chumbo, inclusive quanto ao maior índice de retardo mental; o representante do MRE propôs que os pesquisadores sejam colocados em contato com a comunidade de Santo Amaro da Purificação. A Secretária Executiva do MDS, Senhora Márcia Lopes, disse que o Ministro vem acompanhando essas situações críticas e que ela própria esteve pessoalmente a várias comunidades;

a Secretária Executiva propôs levar o tema à Câmara de Políticas Sociais e ao INSS, sendo que, caso este não possa conceder as aposentadorias, as famílias seriam encaminhadas para o Benefício de Prestação Continuada. A Senhora Márcia Lopes ressaltou ainda que, no sul do país, o Ministério Público tem sido extremamente rigoroso na apuração das denúncias de empresas poluidoras; e propôs como tema para o CONSEA, no segundo semestre, a relação União – Estados – Municípios, visando conhecer as responsabilidades. O Conselheiro Suplente Adriano Martins sugeriu que o assunto seja encaminhado para o CONSEA da Bahia, ao Ministério Público do Estado e à Assembléia Legislativa da Bahia. A Conselheira Dulce questionou sobre quais as medidas imediatas a serem tomadas em referência ao tema. O Conselheiro Suplente José Arimatéia sugeriu que o CONSEA solicite à Presidência da República uma intervenção no Município, semelhante à medida tomada no Rio de Janeiro visando garantir o atendimento de saúde. A representante do MCT, Senhora Lana Pires, informou que o caso citado pelo Senhor Milton Rondó foi em Adrianópolis, no Paraná, e não em São Paulo. A conselheira Regina Miranda propôs, além do pedido de intervenção, que se procurem mecanismos para responsabilizar a empresa, mediante encaminhamento do caso aos Ministérios Público Federal e Estadual. O Presidente do CONSEA consultou os Conselheiros quanto à aprovação do conjunto das propostas apresentadas, as quais foram aprovadas por unanimidades e deverão ser encaminhadas, via Exposição de Motivos, ao Exmo. Sr. Presidente da República, destacando a necessidade de providências imediatas, além do envio de ofícios aos demais órgãos citados. Em seguida, o Presidente Francisco Menezes passou a palavra ao Conselheiro Martinho Lenz, que apresentou informe sobre sua participação no Comitê de Segurança Alimentar da FAO, em Roma, também distribuído por escrito aos Conselheiros. A delegação brasileira no 31º Período de reuniões do CSA da FAO, de 23 a 26 de maio de 2005, em Roma, foi composta por Milton Rondó (MRE), Adriana Aranha (MDS), Albaneide Peixinho (FNDE) e Matias Martinho Lenz (CNBB, em representação do Presidente do CONSEA), além da participação de Arnaldo de Baena Fernandes e do Embaixador Flávio Miragaia Perri, da Delegação Permanente do Brasil junto à FAO em Roma. Participaram da Reunião delegados de 112 (cento e doze) dos 135 (cento e trinta e cinco) países membros do Comitê, além de observadores e representantes de vinte e cinco Organizações Não-Governamentais internacionais com ações na área de Segurança Alimentar; os temas principais da reunião foram a análise do “Relatório da Situação de Segurança Alimentar no Mundo” e preparação de um Fórum Especial a ser realizado durante o 32º Período de Sessões do Comitê, em setembro de 2006, para a avaliação e reprogramação do Plano de Ação da Cúpula da Alimentação de 1996 (*Mid-term review*). O Conselheiro Martinho Lenz destacou a preocupação expressa pelo Sr. Jacques Diouf, Diretor Geral da FAO, com a perspectiva de que, diante da lentidão dos avanços, não se cumpram as metas propostas pela Cúpula Mundial da Alimentação (CMA) e os objetivos de desenvolvimento do Milênio (ODM), definidos em 2000; Blaise Compaoré, Presidente de Burkina Faso, encarregado do discurso principal, mostrou de que maneira, no seu país, as medidas de segurança alimentar podem se constituir em portas de saída da pobreza. Foi também discutido o Relatório sobre a Situação de Segurança Alimentar Mundial em 2005, que avaliou que, a persistirem as tendências atuais, o objetivo fixado pela Cúpula Mundial de Alimentação de reduzir pela metade o número de pessoas subnutridas até 2015 dificilmente não será alcançado; contudo, na maioria das regiões há sinais de mudança desse quadro, com exceção da África Subsahariana; e o relatório enfocou de modo especial a questão de como fazer frente às crises de maior impacto na segurança alimentar, derivadas de conflitos, catástrofes naturais, pragas e enfermidades vegetais e animais, a AIDS e as possíveis

repercussões da mudança climática. Segundo o Conselheiro Martinho Lenz o Brasil teve uma participação de destaque no evento; em sua intervenção nos debates em plenário, o chefe da delegação brasileira, Embaixador Flávio Perri, expôs os avanços estratégicos no âmbito do "Fome Zero" (Bolsa Família, PRONAF, Alimentação Escolar), do CONSEA (articulação, controle social, projeto da LoSAN) e das políticas para modificar o padrão de desigualdades; lembrou a realização no Brasil, em março de 2005, da 32ª Sessão do Comitê Permanente de Nutrição da ONU; e ressaltou a iniciativa do Brasil com os Presidentes da França, Chile e Espanha, numa "Ação contra a Fome e a Pobreza" (2004), apoiada por 110 (cento e dez) países, bem como a cooperação do Brasil com países que buscam nossa experiência nessa área. Tratou-se também da Aliança Internacional contra a Fome, propondo-se ações para a criação de Alianças Nacionais; a Senhora Eva Clayton apresentou os progressos feitos e as formas concretas pelas quais se pode aplicar a estratégia de "trabalhar em colaboração" (FAO, governos, sociedade civil, Igrejas e movimentos sociais).Finalmente, o Conselheiro Martinho Lenz sugeriu que os demais conselheiros visitassem o site da FAO, onde estão disponíveis todos os documentos, destacando-se o Informe Final e a Declaração Ecumênica da Água como Bem Público. A Senhora Adriana Aranha, do MDS, destacou a contribuição do Senhor Milton Rondó na Reunião, atuando intensamente nas negociações, e destacou o interesse mundial pelo Fome Zero, como exemplo de integração de políticas; e informou que está prevista a participação da sociedade civil na Reunião de 2006, sendo o CONSEA uma referência para isso. A assessora de comunicação do CONSEA, Senhora Laura Fernandes, apresentou informações sobre a implantação da nova área restrita do CONSEA e que o manual utilitário da referida área restrita, foi disposto na pasta dos conselheiros. Em seguida, o Presidente Francisco Menezes passou à apreciação dos encaminhamentos das instâncias, propondo a mudança dos títulos, de Moção para Recomendação. Foi apresentada a proposta de Recomendação sobre a EMBRAPA, com o seguinte teor: "*A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA destaca-se no cenário nacional e internacional como um expoente na geração de tecnologias agropecuárias. Possui 39 unidades de pesquisa, congregando corpo técnico de reconhecida capacidade e excelência. Uma das importantes missões institucionais da Embrapa é o desenvolvimento de pesquisas e a geração de tecnologias que visem reduzir a desigualdade social do Brasil. O CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional tem acompanhado com muito interesse as atividades de inclusão social que a EMBRAPA vem desenvolvendo em suas Unidades de Pesquisa, tais como a re-introdução de variedades agrícolas tradicionais, o desenvolvimento de diagnósticos ambientais e a capacitação em cultivo de plantas perenes e sistemas agroecológico. O CONSEA considera que ações como estas são de fundamental importância para a promoção da segurança alimentar e nutricional do país, sobretudo, entre as populações historicamente excluídas do nosso processo de desenvolvimento, como é o caso das populações indígenas e quilombolas, entre outras, denominadas tradicionais. Assim sendo, o CONSEA recomenda que as ações acima mencionadas, e outras semelhantes, que a EMBRAPA já desenvolve ou poderá desenvolver, sejam potencializadas, de modo que tenham um impacto social mais efetivo sobre aquelas populações, principalmente através da rápida disponibilização das tecnologias sociais desenvolvidas por esta Instituição, bem como para garantir que os aspectos sociais sejam realmente priorizados na geração de tecnologias. Neste sentido, o plenário do CONSEA reunido em 31 de maio de 2005, manifesta-se favoravelmente à criação de um espaço institucional, no seio da EMBRAPA, a exemplo do que ocorre em outros órgãos federais, com a atribuição precípua de coordenar as ações de inclusão social desenvolvidas*

pela Empresa." O Conselho manifestou-se favoravelmente à aprovação da Recomendação, conforme o texto proposto. Em seguida, foi apreciada a proposta apresentada pela Comissão Permanente 1 – SAN dos Povos Indígenas, ressalvando com relação ao texto, que não se tratava, possivelmente, de criar um novo Programa, ao que o Conselheiro Ariovaldo propôs que se conferisse a mesma categoria usada da primeira Recomendação; a proposta de Recomendação teve o seguinte texto: "*O CONSEA, tendo em vista a grave situação de insegurança alimentar e nutricional que afeta os povos indígenas de diversas regiões do Brasil e considerando: a necessidade de programas estruturantes que atendam a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada dos povos indígenas; a insuficiência da dotação orçamentária para a garantia da segurança alimentar dos povos indígenas; que, a despeito da inexistência de políticas estruturantes que promovam o direito humano a Alimentação Adequada dos povos indígenas, a Carteira Indígena, ação conjunta do MDS e MMA, tem se apresentado como uma das poucas iniciativas em políticas públicas, de âmbito nacional, voltadas especificamente para o apoio e fomento às ações de promoção da segurança alimentar e nutricional dos povos indígenas; que os recursos de 7 milhões de reais repassados pelo MDS para a execução da Carteira Indígena pelo MMA, deverão estar totalmente empenhados até julho de 2005, e executados até dezembro deste mesmo ano; que, até maio já foram aprovados mais de 100 projetos, num valor total de cerca de 4 milhões de reais, e a demanda tem crescido de forma vertiginosa; e considerando, ainda, a multiplicidade de órgão envolvidos com a atenção pública federal aos povos indígenas, porém, sem uma estratégia de articulação que as tornem eficazes; Vem propor ao governo federal que assegure recursos para a continuidade das ações da Carteira Indígena, em 2006, e estude a possibilidade de transformar esta ação em um programa nacional no PPA, de caráter estruturante, visando a sustentabilidade e a autonomia dos povos indígenas, com orçamento suficiente para sua execução; E recomendar que se efetive uma articulação consistente entre os Ministérios executores de ações que afetem, direta ou indiretamente, a segurança alimentar dos povos indígenas.*" A proposta foi aprovada por unanimidade pelo Conselho. Em seguida, a Comissão Permanente 6 – Direito Humano à Alimentação Adequada indicou o Conselheiro Ariovaldo Ramos e a representante da CNS, Nildes Andrade, para a Comissão de Monitoramento do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. A Coordenadora da Comissão Permanente 4 – Mobilização Social, Senhora Gleyse Peiter, manifestou a preocupação com fragmentação de iniciativa relativas ao Dia Mundial da Alimentação pelo Governo e pela Sociedade; apresentou idéia de propor uma linha comum para essas várias instâncias, tendo sido aprovada a proposta. A Câmara Temática 1 – Produção e Abastecimento fez apelo para que os conselheiros verifiquem na área restrita proposta de resolução sobre a regulamentação sobre a Lei de Biossegurança, ainda não apreciada pela Câmara; a proposta vem do Movimento "Por um Brasil Livre dos Transgênicos". O Conselheiro Ubiraci Dantas fez esclarecimento sobre a proposta da Câmara Temática 3, sobre o balanço das ações sociais do Governo. O Conselheiro Renato Maluf, do Grupo de Trabalho de Sistema Nacional de SAN, informou que o Grupo se reunirá no dia 01/06 e que chegaram propostas à Lei de SAN de cinco estados; além disso, será apreciado o novo cronograma, bastante apertado. O representante Flávio Valente apresentou proposta de Campanha pelo endosso nacional às Diretrizes Voluntárias do DHAA, no nível dos Estados e Municípios; apresentou proposta de que o CONSEA faça cerimônia envolvendo a Presidência da República, o Senado, a Câmara e o Superior Tribunal Federal, que assumiriam compromisso de implementação; e que eventos semelhantes fossem realizados nos mesmos níveis. Propôs ainda que se criasse um espaço virtual no *site* do CONSEA,

com um mapa dos municípios, estados e entidades que aderiram. O Presidente Francisco Menezes questionou se haveria prazo para que se efetivasse a idéia e propôs que a Semana do Dia Mundial da Alimentação, em outubro, culmine com essa programação. O representante do MRE, Milton Rondó, informou que o Brasil teve papel muito importante para aprovação das Diretrizes Voluntárias, com ação exemplar de democracia participativa. O Presidente do CONSEA informou que a próxima plenária deverá ser realizada nos dias 28 e 29 de junho, conforme proposta aprovada, tendo como temas a proposta de Lei Orgânica de SAN; o OGU, a SAN Indígena; e o Planejamento para o segundo semestre. O Conselheiro Ubiraci Dantas insistiu que o debate sobre a política econômica deveria ser feito já na próxima reunião, diante do que o Presidente do CONSEA ponderou que seriam aprovadas, na próxima Plenária, propostas de ampliações significativas ao orçamento do PNAE e do PAA, entre outros, que se buscará viabilizá-las; no entanto, esse debate de política econômica é mais geral e mais complexo, pois implica discussão de modelo econômico, o que dificilmente seria alterado a partir de proposição do CONSEA. A conselheira Regina Miranda avaliou que a ampliação da duração da próxima Plenária se justificava para fazer o referido debate. O Presidente do CONSEA respondeu que a proposta será considerada, buscando-se equacioná-la da melhor forma possível.**ENCERRAMENTO:** Sem mais a tratar, Francisco Menezes, Presidente do CONSEA, agradeceu a participação de todos na vitoriosa jornada dos trabalhos da X Reunião Ordinária do CONSEA, encerrando os trabalhos às dezoito horas e dez minutos. Em tempo, a presente reunião foi gravada em áudio. Lavrou-se a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente do Conselho, Sr. Francisco Menezes, e pelo Secretário, Ministro de Estado de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, e rubricada pelos demais Conselheiros, para que se produza o seu efeito legal.

Brasília, 31 de maio de 2005.

Francisco Menezes
Presidente

Ministro Patrus Ananias
Secretário